

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE GAIA

NA ONDA DA PANDEMIA,
IMPORTA SABER O QUE PASSA NA EDUCAÇÃO

newsletter edição nº 4.2



U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

VILA NOVA DE
GAIA
CÂMARA MUNICIPAL

Editorial

NA ONDA DA PANDEMIA, IMPORTA SABER O QUE PASSA NA EDUCAÇÃO

A pandemia que nos assola traz consigo um mundo novo, de incerteza, risco e insegurança. Habitados a que a ciência e a tecnologia tenham formatadas respostas breves e certas para todas as nossas dúvidas e problemas, vemo-nos agora em terra de ninguém. Contudo, um imenso observatório se abre à nossa análise e interpretação, até porque, se queremos prevenir, precisamos de conhecer.

Assim, neste número especial da newsletter do Observatório Social de Vila Nova de Gaia, dar-vos-emos conta dos resultados para o nosso concelho de um inquérito concebido e aplicado pelo Observatório de Políticas de Educação e Desenvolvimento do centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Como estão a reagir educadores/as e educandos/as à situação criada pela pandemia, sem a força enquadradora da instituição escolar, limitados aos desiguais recursos escolares e distantes da interação física de professores/as e colegas? Que consequências se verificam nos ritmos e modos de aprendizagem? Quais as principais ansiedades, necessidades e expectativas que é possível identificar?

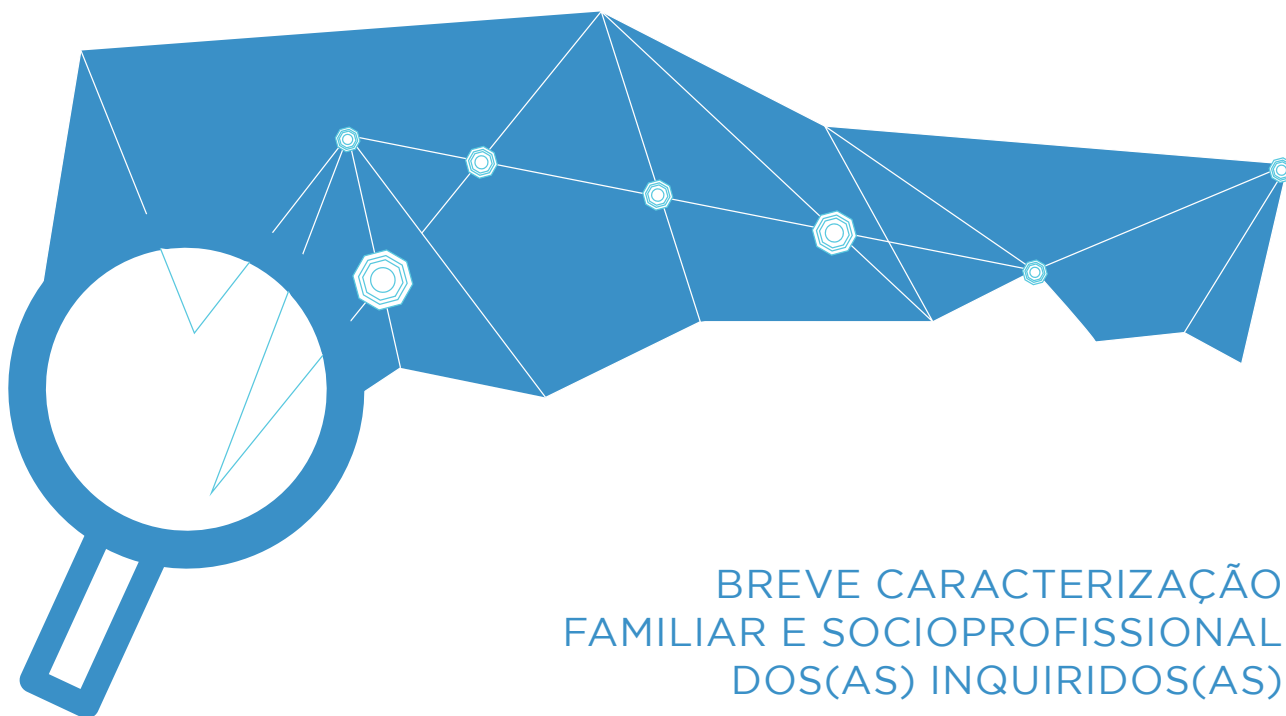
Este é um primeiro passo para esclarecer respostas de políticas públicas e para que, aos poucos, possamos voltar a controlar o nosso destino comum.

João Teixeira Lopes
Professor Catedrático da FLUP

Desde o passado dia 16 de março, e na sequência da crise pandémica da COVID-19, os estabelecimentos de ensino nacionais foram encerrados por decreto do Governo. A suspensão das atividades presenciais, letivas, não letivas e formativas, foi determinada pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, publicado no Diário da República (N.º 52/2020, 1.º Suplemento, Série I, de 2020-03-13).

No referido Decreto-Lei, são estabelecidas as medidas excecionais e temporárias reativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID-19, com vista à promoção do desejável distanciamento social e isolamento profilático, com o objetivo de combater a progressão do surto pandémico. A primeira alínea do artigo 9.º determinou que ficassem “suspensas as atividades letivas e não letivas e formativas com presença de estudantes em estabelecimentos de ensino públicos, particulares e cooperativos e do setor social e solidário de educação pré-escolar, básica, secundária e superior (...)”, decisão com inevitáveis repercussões no quotidiano de milhares de estudantes e encarregados(as) de educação.

Neste número especial, a análise focar-se-á, por um lado, na **caracterização familiar e socioprofissional dos(as) inquiridos(as)**. Desta feita, incluíram-se os(as) pais/mães de alunos(as) de estabelecimentos de ensino nacional, os(as) encarregados(as) de educação de alunos(as) de estabelecimentos de ensino nacional que não são os(as) seus/suas pais/mães e, ainda, os(as) inquiridos(as) que não têm quaisquer filhos(as) ou encarregados(as) de educação a frequentar a escola. Procurou-se compreender o **impacto da pandemia no exercício da sua atividade profissional** e interessaram-nos as suas **representações sobre modo como o sistema de ensino português tem respondido à situação de exceção imposta pela COVID-19**.



BREVE CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR E SOCIOPROFISSIONAL DOS(AS) INQUIRIDOS(AS)

A.

Os dados analisados na atual newsletter correspondem a uma parte significativa do universo populacional inquirido no concelho de VNG: 227 pessoas. Desse conjunto, a parcela mais importante é a que concerne aos(às) inquiridos(as) que são pais ou mães de um(a) aluno(a) do sistema de ensino português (88,5%). Além destes, a população examinada incluiu 9,3% de pessoas que não têm filhos(as) ou educandos(as) a frequentar o sistema de ensino e uma percentagem, mínima, de encarregados(as) de educação sem um vínculo parental com os(as) alunos(as) que têm a seu cargo (2,2%) (**Figura 1**). Há ainda uma clara sobrerrepresentação feminina entre os(as)

inquiridos(as) – 78,4% são mulheres, face a apenas 21,6% de respondentes do sexo masculino – o que, sendo a resposta ao questionário voluntária, é, em certa medida, sugestivo do grau de **comprometimento das mulheres enquanto educadoras e cuidadoras**.



Figura 1 – Percentagem de inquiridos(as), por estatuto de apresentação. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).

O nível de escolaridade da população inquirida (**Figura 2**) sustenta a tese, defendida na newsletter anterior – newsletter 4.1 –, de que se estaria perante um aglomerado em situação de algum favorecimento social. Com efeito, mais de metade dos(as) respondentes (52%) completou um grau do Ensino Superior (entre a licenciatura e o doutoramento), ou seja, trata-se de uma **população muito qualificada**. Se a esta percentagem adicionarmos os 8,3% que referem deter um Bacharelato ou a frequência do Ensino Superior, essa faixa transpõe os 60%. Os níveis de ensino abaixo do Ensino Secundário (com 28,2% de respostas), são, neste caso, minoritários.

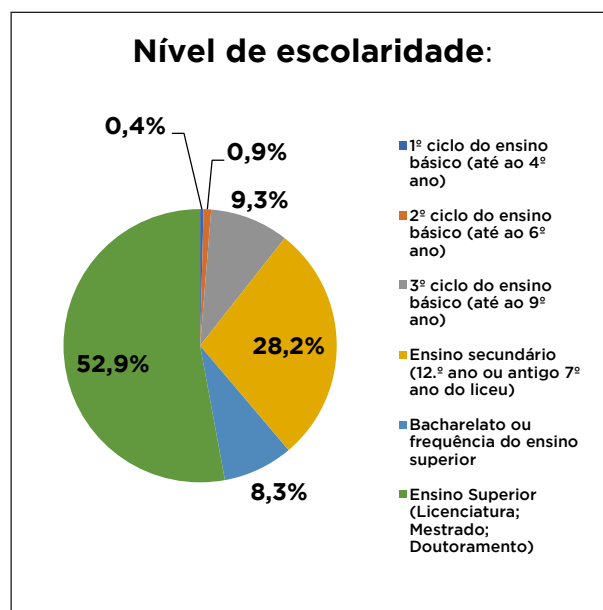
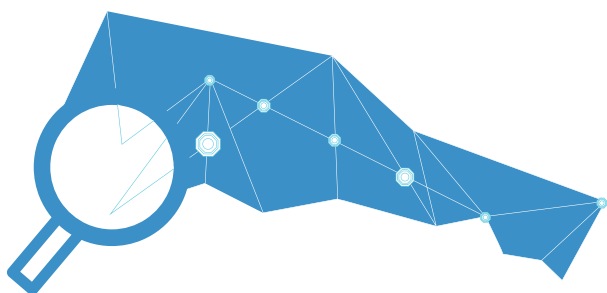


Figura 2 – Percentagem de inquiridos(as), por nível de escolaridade (o grau mais elevado que completou). Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).

A (**Figura 3**) serve para ilustrar a dimensão dos agregados domésticos a que pertencem os(as) inquiridos(as). Cada agregado seria composto pelas pessoas que responderam ao inquérito e por aquelas com as quais partilham o espaço doméstico – e que podem ser, ou não, seus familiares. Verificou-se que a fatia mais significativa é a de 53% de agregados domésticos formados por entre ‘4 a 5’ elementos, seguida de perto pelos 42,7% de agregados constituídos por ‘2 a 3’ pessoas. Por sua vez, tanto os compostos por apenas uma pessoa como os mais numerosos – com entre ‘6 a 7’ pessoas –, são, neste contexto, raros (2,2%, para ambas as situações). Recordamos que, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), aquando dos últimos censos, em 2011, a dimensão média dos agregados domésticos em Vila Nova de Gaia era de 2,6 indivíduos. De acordo com a mesma fonte, em 2019 esse valor era, para Portugal Continental, de 2,5 indivíduos. Porém, no caso da nossa amostra, a média é de

3,6 indivíduos por agregado, ou seja, substancialmente superior – o que também é eloquente sobre o tipo de agregados a que esta temática mais apelou.



Contando consigo, quantas pessoas moram em sua casa?

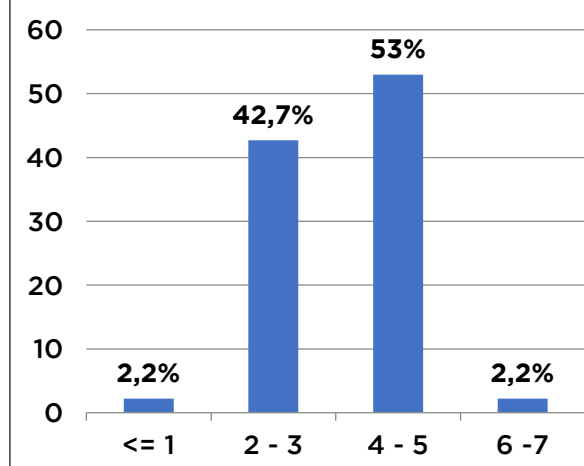


Figura 3 – Percentagem de inquiridos(as), por número de indivíduos que partilham o espaço doméstico. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).

A (**Figura 4**) permite depreender que perto de um quarto dos participantes (24,7%) tem um vínculo profissional com o sistema nacional de ensino, na qualidade de professor(a) ou funcionário(a). Estarão, por isso mesmo, a vivenciar o impacto da suspensão das aulas em várias dimensões do seu quotidiano. A maioria dos(as) inquiridos(as), porém, não tem esta ligação particular com as escolas.

Você é professor ou funcionário de uma escola/instituição de ensino?

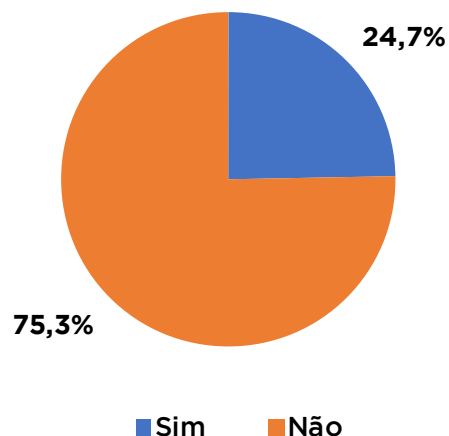


Figura 4 – Percentagem de inquiridos(as) que são (ou não são) professores ou funcionários de uma escola/instituição de ensino. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).



QUAL O IMPACTO DA PANDEMIA NO EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS?

B.

No que toca à situação perante o trabalho (**Figura 5**), verifica-se que a parcela mais significativa de inquiridos(as), **84,1%, é constituída por pessoas no exercício de uma atividade profissional**. As restantes situações possíveis – reformados(as), pensionistas, trabalhadores(as)-estudantes, entre outras – são pouco expressivas nesta amostra populacional, sendo, talvez, de salientar, o facto de o segundo valor mais importante pertencer aos 6,2% de respondentes que se encontram em situação de desemprego.

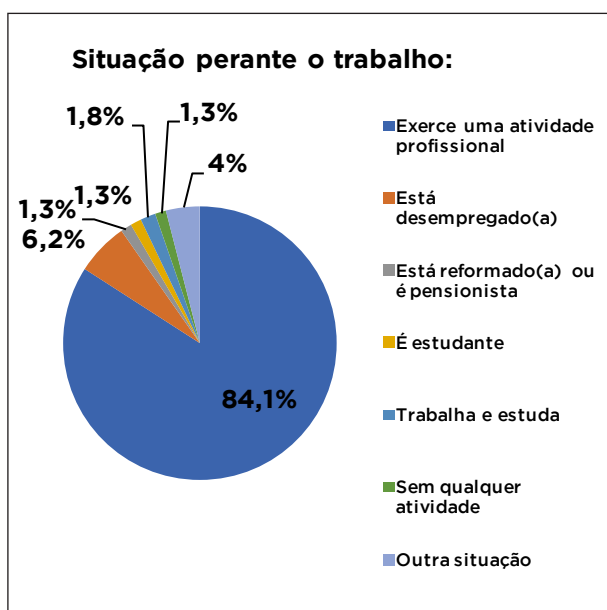
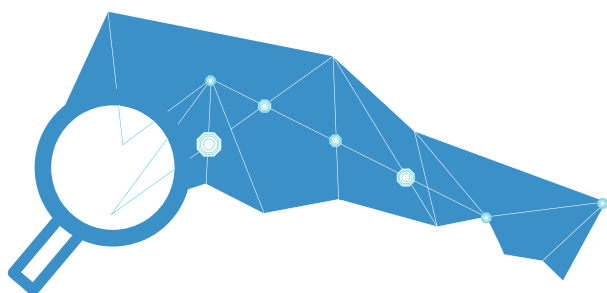


Figura 5 – Percentagem de inquiridos(as), por situação perante o trabalho. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).



Entre os(as) inquiridos(as) que exercem uma atividade profissional, e atentando, agora, à condição perante o trabalho (**Figura 6**), observou-se que a esmagadora maioria – 81,7% – é composta por trabalhadores(as) por conta de outrem. Há ainda uma percentagem de 14,1% de trabalhadores(as) por conta própria ou independentes (valor que não é despidendo) e 3,1% de patrões.



Figura 6 – Percentagem de inquiridos(as), por condição perante o trabalho. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).



Um dos principais impactos do isolamento profilático imposto pela conjuntura atual deu-se, precisamente, na esfera do trabalho. As instâncias oficiais incentivaram o recurso ao teletrabalho sempre que este fosse possível – nomeadamente, como se viu na newsletter #4.1, na esfera escolar, onde o ensino não presencial foi a solução encontrada para superar a situação de exceção. Segundo o artigo 165.º da Lei n.º 7/2009 do Código do Trabalho, o teletrabalho é a “prestação laboral realizada com subordinação jurídica, habitualmente fora da empresa e através do recurso a tecnologias de informação e de comunicação.” Ora, o alcance desta solução foi ampliado no quadro da COVID-19, o que exigiu a rápida adaptação das mais variadas áreas de atuação. No caso da população inquirida em Vila Nova de Gaia (**Figura 7**), a opção pelo teletrabalho foi, efetivamente, o expediente mais usual mencionado pelos(as) trabalhadores(as). **Quase 60% dos(as) participantes declararam encontrar-se em regime de teletrabalho**, sendo que 40,8% o faz ‘totalmente’ e ‘a partir de casa’, 11,5% o faz ‘parcialmente’ e ‘predominantemente a partir de casa’ e 6,8% o faz ‘parcialmente’ e ‘predominantemente na empresa/organização’. De resto, enquanto 23% manteve o exercício da sua atividade no local de trabalho usual, não deixa de ser preocupante verificar que **17,8% menciona ter deixado de exercer a sua atividade profissional em virtude do novo contexto**. Note-se ainda que, de acordo com a informação recolhida, para 25% dos(as) respondentes, a forma como atualmente executam o seu trabalho não sofreu quaisquer alterações com as medidas introduzidas para prevenir, conter e mitigar a expansão da pandemia; contudo, para os restantes três quartos da população, o seu modo de trabalhar modificou-se substancialmente.



Figura 7 – Percentagem de inquiridos(as), por situação da atividade profissional. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).

A opção pelo teletrabalho, à luz do de que ficou definido no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, poderia ser determinada “unilateralmente pelo empregador ou requerida pelo trabalhador, sem necessidade de acordo das partes, desde que compatível com as funções exercidas”. No caso concreto dos(as) inquiridos(as) em Vila Nova de Gaia que viram alterada a sua forma de trabalhar (**Figura 8**), constatou-se que, em **69,2% dos casos (a maior percentagem), a decisão partiu da entidade empregadora**; 19,6% dos(as) trabalhadores(as) tomaram essa decisão eles/elas próprios(as), motivados(as) pelo facto de terem de ficar em casa com crianças ao seu cuidado, na sequência do encerramento das escolas; finalmente, 11,2% usufruíram do seu direito de trabalhar a partir de casa, mesmo sem crianças a seu cargo.

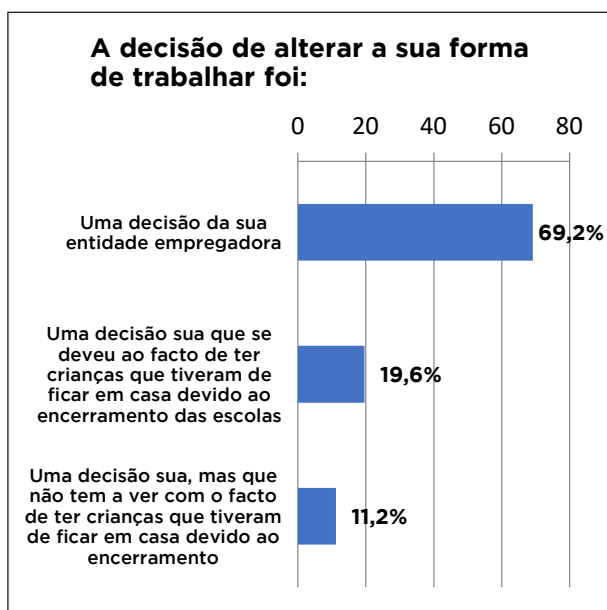


Figura 8 - Percentagem de inquiridos(as), por razões pelas quais a forma de trabalho foi alterada. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).



¹Publicado no Diário da República n.º 52/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-13, que estabelece as medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19.

REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MEDIDAS EXCECIONAIS E TEMPORÁRIAS LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE ENSINO

C.

A (Figura 9) demonstra que a **quase totalidade do universo inquirido se posiciona favoravelmente no que diz respeito à decisão de encerramento das escolas**. A maioria, aliás, é da opinião de que tal deliberação foi, não só oportuna, como “tomada no momento certo” (72,8%). Ainda assim, um pouco mais de um quarto dos respondentes (26,4%) crê que a decisão, embora adequada, pecou por tardia.

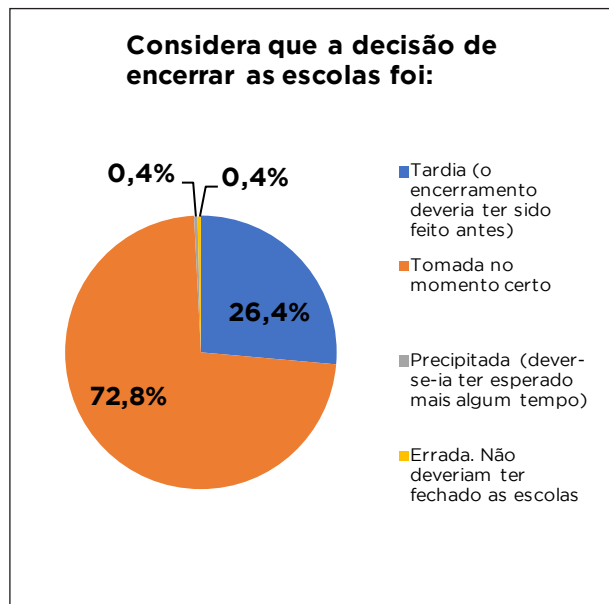


Figura 9 – Percentagem de inquiridos(as), por percepção face à decisão de encerramento das escolas. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).

Quando interpelados(as) sobre se o final do ano letivo estaria, ou não, comprometido, caso se mantivesse a decisão de encerramento dos estabelecimentos de ensino (**Figura 10**), as opiniões, embora divididas, inclinam-se para uma visão pessimista. 62,5% dos participantes defendeu que sim, que esse comprometimento era inevitável – 37,4% por crerem que os(as) alunos(as) não voltariam à escola no corrente ano letivo e, 25,1%, por defenderem que, mesmo que o retorno se verificasse, o trabalho escolar e a avaliação seriam inexequíveis. Por outro lado, apenas 37,8% argumentam que é plausível um final de ano letivo dentro dos parâmetros habituais – 13,7% por confiarem na possibilidade de se verificar um regresso às aulas e, 23,8%, por acharem que, ainda que esse retorno fosse impraticável, o processo de ensino-aprendizagem e de avaliação não sairiam muito prejudicados.



Figura 10 – Percentagem de inquiridos(as), por percepção face ao final do ano letivo, caso se mantivesse a decisão de encerramento dos estabelecimentos de ensino. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).

A (**Figura 11**) ilustra o modo como se posicionam os(as) inquiridos(as) face à hipótese, que lhes é colocada, de a pandemia e a sucessão de mudanças de hábitos por ela causada – excepcionais, temporárias, mais ou menos radicais ou transformadoras – poderem estar a permitir “uma aprendizagem de vida” distinta, porque complementar à aprendizagem formal, veiculada pela escola. E verifica-se que há uma significativa maioria, muito expressiva, de **85,5% de inquiridos(as), para o quais este período está a ser de aprendizagem** – e está a sê-lo de forma intensa e evidente para 56,4% destas pessoas. Apenas 10,6% desvalorizam a relevância pedagógica do momento (há, de resto, 4% que o consideram, inclusive, contraproducente desse ponto de vista).

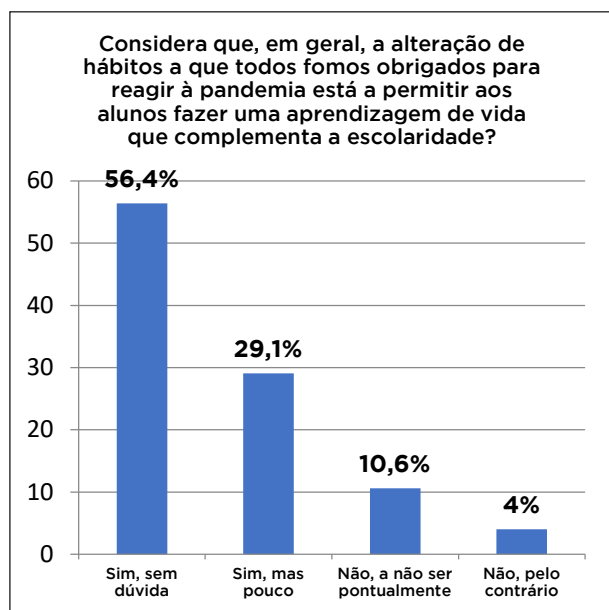
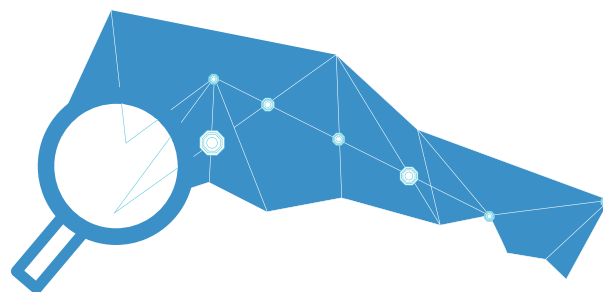


Figura 11 – Percentagem de inquiridos(as), por percepção face à maneira como a pandemia possa permitir (ou não) uma aprendizagem de vida para os mais novos. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).



Convidados(as) a realizar um balanço sobre a qualidade da resposta dos responsáveis pelas instituições de ensino ao cenário criado pela pandemia da COVID-19 (**Figura 12**), mais de três quartos dos(as) inquiridos(as) (77,1%) entende que a resposta foi positiva. A percentagem de participantes sem opinião sobre a matéria (14,1%) também supera os(as) que revelam ter uma perceção negativa sobre a eficácia das ações desenvolvidas.

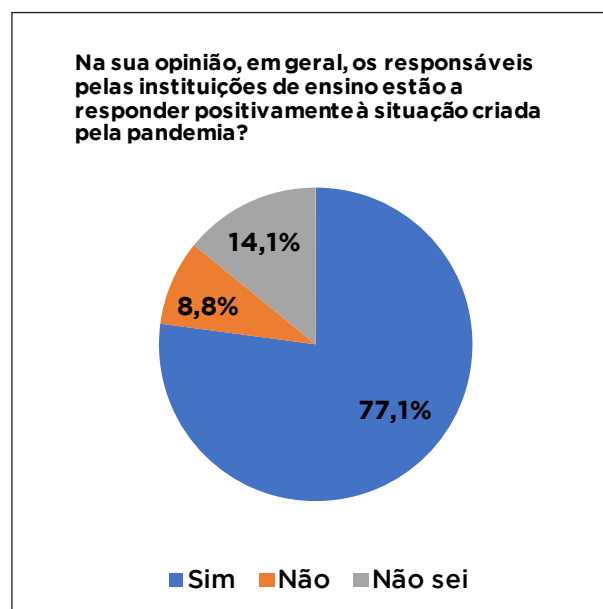


Figura 12 – Percentagem de inquiridos(as), por percepção face à resposta das instituições escolares ao cenário criado pela pandemia. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).



O principal *aspeto positivo* (**Figura 13**) identificado pelos(as) respondentes na ação das instituições de ensino, foi, com um destaque assinalável, a **capacidade de adaptação de todos(as) os(as) intervenientes a este novo contexto imposto pela COVID-19** (45% de respostas), salientando a rapidez verificada nessa adaptação, além do esforço de professores(as) e alunos(as) para incluírem as tecnologias de informação e toda uma panóplia de novas plataformas de comunicação no processo de ensino-aprendizagem. Em segundo lugar, mereceu realce a **comunicação regular entre os diversos elementos do processo de ensino-aprendizagem**: os(as) professores(as), os(as) alunos(as) e os(as) encarregados(as) de educação (21,1%). Houve, ainda, um terceiro fenómeno a ser evidenciado por 12% dos(as) inquiridos(as), desta feita remetendo para a dinâmica familiar: o “aumento do tempo em família” e a possibilidade de existir um envolvimento superior dos pais/mães na educação dos filhos/filhas.

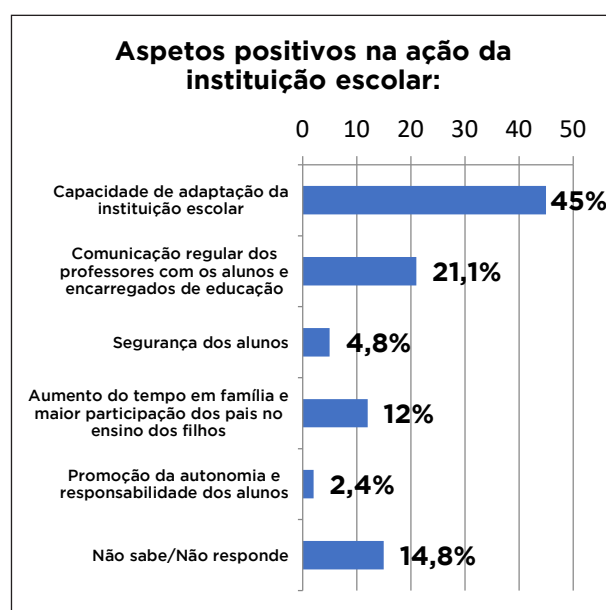


Figura 13 – Percentagem de respostas, por aspetos positivos mencionados pelos inquiridos(as), quanto à qualidade das respostas apresentadas pelas instituições escolares ao cenário criado pela pandemia. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).



Entre os *aspetos negativos* elencados pelos(as) inquiridos(as) para ilustrar dimensões não tão bem conseguidas da ação das instituições escolares (**Figura 14**) há, acima de tudo, menos consenso e uma maior dispersão nas respostas. O “apoio insuficiente” conce-

dido pelas instituições escolares (que pode ir da escassez de literacia digital dos(as) professores(as) ou alunos(as) à inexistência de apoio alimentar) é referido por 18%; a este aspeto segue-se a “falta de interação” entre docentes e discentes (15,2%) e a menção a “dificuldades na aprendizagem” (ceticismo em relação à eficácia do ensino não-presencial ou às metodologias de avaliação a adotar, por exemplo) (13,5%). A insegurança que deriva da incerteza (que perpassa todos os aspetos negativos anteriormente referidos) é mencionada, de forma expressa, por 5,6% dos(as) inquiridos(as). Assim como a possibilidade de “consequências negativas na saúde mental do(as) alunos(as)” (5,1%), como a depressão, a desmotivação ou a ansiedade.

Em suma, é razoável avançar que a reflexão realizada pelos(as) respondentes – embora incipiente, porque assente em factos recentes e em mudança permanente – transmite uma mensagem de confiança em relação ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por parte das instituições de ensino, seus representantes e profissionais.

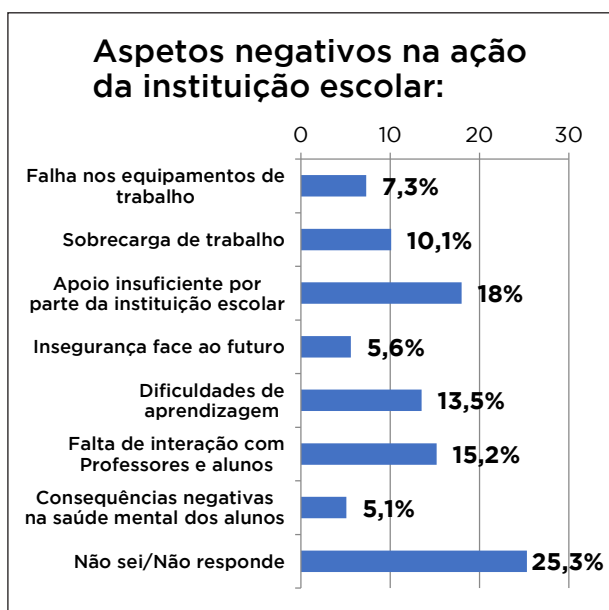


Figura 14 - Percentagem de respostas, por aspetos negativos mencionados pelos inquiridos(as), quanto à qualidade das respostas apresentadas pelas instituições escolares ao cenário criado pela pandemia. Elaboração do autor. Fonte: Inquérito realizado pelo Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – resultados do concelho de Vila Nova de Gaia (2020).

NOTA METODOLÓGICA

As newsletters dedicadas ao tema da COVID-19 incluem os resultados parciais de um estudo em curso do Observatório de Políticas de Educação e Formação (OP. Edu) – Impacto do Covid-19 no sistema de ensino português. O inquérito por questionário foi a técnica escolhida para o levantamento dos dados. Este instrumento foi aplicado online, através da plataforma Surveys e contém 59 questões (fechadas, na sua maioria). Dependendo da situação em que o inquirido se apresenta, o rumo das questões pode ser diferente. O inquérito dirige-se aos seguintes públicos: (1) “Mãe/Pai de um(a) aluno(a) do sistema de ensino português”; (2) “Encarregado(a) de educação, mas não mãe/pai, de um(a) aluno(a) do sistema de ensino”; (3) “Alguém que não tem filhos nem educandos a frequentar o sistema de ensino” e (4) “Aluno do sistema de ensino [(...) se, tendo 16 ou mais anos, estiver a frequentar o sistema de ensino pré-universitário ou se for estudante do ensino superior com menos de 30 anos]”.

Pretende-se, por um lado, avaliar a situação dos(as) alunos(as) –filhos(as)/educandos(as) – através da perspetiva do(a) seu/sua pai/mãe e/ou do(a) encarregado(a) de educação e dos(as) próprios(as) alunos(as) (aqueles(as) com mais de 16 anos). Para isso, esta população foi questionada sobre o impacto do isolamento no seu bem-estar; a adaptação ao ensino não-presencial e a avaliação das condições físicas de trabalho (espaço e equipamentos presentes em casa). Por outro lado, com o mesmo inquérito, procurou-se avaliar a situação daqueles(as) que o respondem – pais/mães e/ou encarregados(as) de educação ou alunos(as) com mais de 16 anos -, questionando a sua perspetiva face ao fecho e modos de operar o ensino das próprias escolas e o impacto do isolamento na sua condição perante o trabalho.

O inquérito ficou disponível a partir do mês de março e tem sido respondido por milhares de residentes dos vários concelhos do país. O OP. Edu, entidade que avançou com a investigação, partilhou com o Observatório Social de Gaia, no mês de abril, um conjunto de **408 respostas** referentes ao concelho de Vila Nova de Gaia.

²Coordenadores do estudo: Ana Benavente, Paulo Peixoto e Rui Machado Gomes.

FICHA TÉCNICA

Equipa do Observatório

Daniela Silva
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
up201503277@letras.up.pt
Tânia Leão
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
tsilva@letras.up.pt

Coordenação Geral

João Teixeira Lopes
Departamento de Sociologia, FLUP
Instituto de Sociologia, FLUP
jlopes@letras.up.pt

Publicação e Conceção Gráfica

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Agradecimentos

Observatório de Políticas de Educação e
Formação (OP. Edu) (<http://www.op-edu.pt/edu/>)



